Estado do Rio Grande do Sul

**CÂMARA MUNICIPAL DE ERECHIM**

**PODER LEGISLATIVO**

Câmara Municipal de Erechim
APROVADO
Sessão: 31 / 10 / 2005
Presidente

Câmara Municipal de Erechim
PROTOCOLO
Recebido em 20 / 10 / 05
Secretaria Geral

**MOÇÃO nº 023 /2005.**

**MOÇÃO DE APOIO Á PROPOSTA DE EMENDA AO ORÇAMENTO DO ESTADO QUE RESTITUI A APLICAÇÃO DE 12% NA SAÚDE**

Exmo. Sr.:
SILVÉRIO FORTUNATTO
MD. Presidente da Câmara de Vereadores
Erechim / RS.

Câmara Municipal de Erechim
ADIADO
Sessão: 24 / 10 / 2005
Presidente

O vereador, abaixo-subscrito, de acordo com o previsto na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno desta Casa, solicita o apoio de todos os vereadores a fim de que seja enviada a presente Moção favorável à proposta de emenda ao orçamento do estado que restitui a aplicação de 12% na saúde, protocolada pela CUT/RS e pelo SERGS (Sindicato dos Enfermeiros do RS). Solicita, outrossim, que a Moção seja enviada à Assembléia Legislativa, ao relator do orçamento, Deputado Ciro Simoni, à Comissão de Saúde da Assembléia, ao governador Germano Rigotto e ao secretário estadual da saúde, Sr. Osmar Terra.

**JUSTIFICATIVA**:

Na LDO para 2006 foi aprovada emenda popular garantindo a aplicação de 12% da RLIT – Receita Liquida de Impostos e Transferências - nas ações de saúde pública. Está evidente que a proposta orçamentária para o ano de 2006 foi elaborado em desacordo com as disposições constitucionais federais no que se refere a aplicação do mínimo de 12% da RLIT em ações e serviços públicos de saúde de caráter universal e igualitário e nas atividades típicas da saúde. Na proposta orçamentária, o Executivo incluiu na área da saúde outras despesas que não são típicas da saúde e nem obedecem ao princípio da universalização do acesso e ao atendimento ao cidadão.

Anacleto Zanella

Exemplos desse equívoco são as despesas com o IPE saúde, Hospitais da Brigada Militar, Saneamento, Ação de Defesa Agropecuária e Programa Fome Zero, lançadas como despesa em saúde. O segundo destaque diz respeito à falta de previsão de reajuste salarial aos servidores públicos. Entendemos que a proposta orçamentária de 2006 não deve fechar as possibilidades de reajustes, especialmente para as categorias de menor remuneração. Portanto, a emenda procura corrigir estes dois equívocos apresentados na proposta 2006.

Erechim (RS), 10 de outubro de 2005.

Vereador Anacleto Zanella
Líder da bancada do PT

Segue, em anexo, cópia da proposta de Emenda Popular apresentada pela CUT/RS e pelo Sindicato dos Enfermeiros do RS (SERGS).